

Supervisão Editorial
Jair Lot Vieira

LICITAÇÕES E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

ATUALIZADA ATÉ A LEI Nº 12.873, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

ATUALIZADA ATÉ O DECRETO Nº 8.080, DE 20 DE AGOSTO DE 2013

Tratamento Diferenciado ME e EPP

Pregão Eletrônico • Consórcios Públicos

Publicidade e Propaganda

Licitação no Pré-Sal • Fomento às Exportações

Produtos e Sistemas de Defesa

Parceria Público-Privada

Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC

Exploração de Portos e Instalações Portuárias

26ª EDIÇÃO

REVISTA • ATUALIZADA • AMPLIADA

LICITAÇÕES E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,
atualizada até a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.
Legislação complementar atualizada até o Decreto nº 8.080, de 20 de agosto de 2013.
Supervisão editorial: Jair Lot Vieira

26ª edição, 1ª reimpressão 2014 – revista e atualizada até o DOU de 15.4.2014

© desta edição: *Edipro Edições Profissionais Ltda.* – CNPJ nº 47.640.982/0001-40

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão por escrito do Editor.

Editores: Jair Lot Vieira e Maíra Lot Vieira Micales

Coordenação editorial: Fernanda Godoy Tarcinalli

Editoração: Alexandre Rudyard Benevides

Revisão: Equipe Edipro

Arte: Equipe Edipro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil

Licitações e contratos na administração pública / supervisão editorial Jair Lot Vieira. – 26. ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo : EDIPRO, 2013. (Série Legislação)

"Lei nº 8.666, de 21.6.1993, republicada no DOU 6.7.1994, consolidando as alterações efetuadas pela Lei nº 8.883, de 8.6.1994 e alterações posteriores."

ISBN 978-85-7283-621-0

1. Licitações 2. Licitações – Brasil 3. Contratos administrativos 4. Contratos administrativos – Brasil
I. Vieira, Jair Lot, 1946 – II. Série.

93-1443

CDU-351.712.2.032(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Licitações : Direito administrativo : CDU-351.712.2.032(81)
2. Licitações : Direito administrativo : Brasil : CDU-351.712.2.032(81)



1003081

edipro

edições profissionais Ltda.

São Paulo: Fone (11) 3107-4788 – Fax (11) 3107-0061

Bauru: Fone (14) 3234-4121 – Fax (14) 3234-4122

www.edipro.com.br

ÍNDICE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Excertos)	15
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 – <i>Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF/1988, institui normas para licitações e contratos na Administração Pública e dá outras providências</i> (atualizada até a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013)	17
Capítulo I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 1º a 19)	17
Seção I – Dos Princípios (arts. 1º a 5º)	17
Seção II – Das Definições (art. 6º)	21
Seção III – Das Obras e Serviços (arts. 7º a 12)	23
Seção IV – Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados (art. 13)	26
Seção V – Das Compras (arts. 14 a 16)	26
Seção VI – Das Alienações (arts. 17 a 19)	27
Capítulo II – DA LICITAÇÃO (arts. 20 a 53)	31
Seção I – Das Modalidades, Limites e Dispensa (arts. 20 a 26)	31
Seção II – Da Habilitação (arts. 27 a 33)	38
Seção III – Dos Registros Cadastrais (arts. 34 a 37)	42
Seção IV – Do Procedimento e Julgamento (arts. 38 a 53)	43
Capítulo III – DOS CONTRATOS (arts. 54 a 80)	51
Seção I – Disposições Preliminares (arts. 54 a 59)	51
Seção II – Da Formalização dos Contratos (arts. 60 a 64)	54
Seção III – Da Alteração dos Contratos (art. 65)	55
Seção IV – Da Execução dos Contratos (arts. 66 a 76)	56
Seção V – Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos (arts. 77 a 80)	58
Capítulo IV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL (arts. 81 a 108)	60
Seção I – Das Disposições Gerais (arts. 81 a 85)	60
Seção II – Das Sanções Administrativas (arts. 86 a 88)	60
Seção III – Dos Crimes e das Penas (arts. 89 a 99)	61
Seção IV – Do Processo e do Procedimento Judicial (arts. 100 a 108)	63
Capítulo V – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS (art. 109)	64
Capítulo VI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (arts. 110 a 125)	64

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E ALTERADORA	69
LEI Nº 8.036, DE 11.5.1990 – (Excertos) Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.....	69
LEI Nº 8.212, DE 24.7.1991 – (Excertos) Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências	69
LEI Nº 8.248, DE 23.10.1991 – (Excertos) Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências	69
LEI Nº 8.429, DE 2.6.1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências	70
LEI Nº 8.745, DE 9.12.1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências	76
DECRETO Nº 1.054, DE 7.2.1994 – Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta, e dá outras providências	82
DECRETO Nº 1.110, DE 13.4.1994 – Dispõe sobre a conversão para a Unidade Real de Valor dos contratos para aquisição de bens e serviços, em que forem contratantes órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, e dá outras providências ..	85
LEI Nº 8.883, DE 8.6.1994 – Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações, e dá outras providências	88
LEI Nº 8.987, DE 13.2.1995 – (Excertos) Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências	88
LEI Nº 9.074, DE 7.7.1995 – (Excertos) Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e dá outras providências	94
DECRETO Nº 2.271, DE 7.7.1997 – Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências	95
DECRETO Nº 2.295, DE 4.8.1997 – Regulamenta o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional	96
LEI Nº 9.648, DE 27.5.1998 – (Excertos) Altera dispositivos das Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS e de suas subsidiárias, e dá outras providências	97
LEI Nº 9.784, DE 29.1.1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	98
LEI Nº 9.854, DE 27.10.1999 – Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências	106
DECRETO Nº 3.555, DE 8.8.2000 – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns	107
DECRETO Nº 3.693, DE 20.12.2000 – Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços, aprovado pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000	113
DECRETO Nº 3.722, DE 9.1.2001 – Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	113

LEI Nº 10.191, DE 14.2.2001 – Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde	114
LEI Nº 10.192, DE 14.2.2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências	115
LEI Nº 10.438, DE 26.4.2002 – (Excertos) Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências	117
LEI Nº 10.520, DE 17.7.2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências	118
DECRETO Nº 4.358, DE 5.9.2002 – Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição ...	121
DECRETO Nº 4.485, DE 25.11.2002 – Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedoros – SICAF	122
LEI Nº 10.973, DE 2.12.2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências	122
LEI Nº 11.079, DE 30.12.2004 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública	129
DECRETO Nº 5.355, DE 25.1.2005 – Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas realizadas nos termos da legislação vigente, e dá outras providências	138
LEI Nº 11.107, DE 6.4.2005 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências	139
DECRETO Nº 5.411, DE 6.4.2005 – Autoriza a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, mediante ações representativas de participações acionárias da União em sociedades de economia mista disponíveis para venda e dá outras providências	143
DECRETO Nº 5.450, DE 31.5.2005 – Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.....	145
DECRETO Nº 5.504, DE 5.8.2005 – Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos	153
DECRETO Nº 5.563, DE 11.10.2005 – Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências	154
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006 – (Excertos) Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999	162

DECRETO Nº 6.017, DE 17.1.2007 – Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos	165
DECRETO Nº 6.204, DE 5.9.2007 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal	175
LEI Nº 12.111, DE 9.12.2009 – (Excertos) Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências	179
DECRETO Nº 7.070, DE 26.1.2010 – Dispõe sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval – CPFGCN e sobre a forma de integralização de cotas da União no Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN	180
LEI Nº 12.232, DE 29.4.2010 – Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências	185
DECRETO Nº 7.174, DE 12.5.2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União	191
DECRETO Nº 7.246, DE 28.7.2010 – Regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional – SIN, e dá outras providências	195
DECRETO Nº 7.355, DE 5.11.2010 – Acresce dispositivo ao Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional – SIN	201
LEI Nº 12.349, DE 15.12.2010 – Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de julho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006	201
LEI Nº 12.351, DE 22.12.2010 – (Excertos) Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências	203
DECRETO Nº 7.403, DE 23.12.2010 – Estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e de participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal contratadas sob o regime de concessão, de que trata o § 2º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010	206
LEI Nº 12.409, DE 25.5.2011 – Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais – CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de	

24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências	207
LEI Nº 12.425, DE 17.6.2011 – Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores	209
LEI Nº 12.440, DE 7.7.2011 – Acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	209
DECRETO Nº 7.539, DE 2.8.2011 – Altera o art. 21 do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo	210
DECRETO Nº 7.546, DE 2.8.2011 – Regulamenta o disposto nos §§ 5º a 12 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e institui a Comissão Interministerial de Compras Públicas	211
LEI Nº 12.462, DE 4.8.2011 – (Excertos) Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998	214
DECRETO Nº 7.581, DE 11.10.2011 – Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011	228
DECRETO Nº 7.657, DE 23.12.2011 – Altera o Decreto nº 7.403, de 23 de dezembro de 2010, que estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e de participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal contratadas sob o regime de concessão, de que trata o § 2º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010	251
LEI Nº 12.597, DE 21.3.2012 – Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera o art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências	252
LEI Nº 12.598, DE 21.3.2012 – Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências	253
DECRETO Nº 7.746, DE 5.6.2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP	257
LEI Nº 12.688, DE 18.7.2012 – (Excertos) Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. (Celg D); institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies); altera as Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004,	

10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.651, de 7 de abril de 2008, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 12.429, de 20 de junho de 2011, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências	261
LEI Nº 12.693, DE 24.7.2012 – (Excertos) Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 11.941, de 27 de maio de 2009	262
LEI Nº 12.715, DE 17.9.2012 – (Excertos) Altera (...) ; altera as Leis nºs (...) 8.666, de 21 de junho de 1993, (...); e dá outras providências	262
DECRETO Nº 7.807, DE 17.9.2012 – Dispõe sobre a definição de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS, para fins do disposto no inciso XXXII do caput, e no § 2º do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	262
LEI Nº 12.722, DE 3.10.2012 – (Excertos) Altera as Leis nºs 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências	262
DECRETO Nº 7.816, DE 28.9.2012 – Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de caminhões, furgões e implementos rodoviários, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	263
LEI Nº 12.745, DE 19.12.2012 – (Excertos) Altera as Leis nºs 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC, 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e 12.462, de 4 de agosto de 2011, e dá outras providências	265
LEI Nº 12.766, DE 27.12.2012 – (Excertos) Altera as Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602, de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências	265
LEI Nº 12.772, DE 28.12.2012 – (Excertos) Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências	266
DECRETO Nº 7.892, DE 23.1.2013 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	266

DECRETO Nº 7.970, DE 28.3.2013 – Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, e dá outras providências	272
LEI Nº 12.794, DE 2.4.2013 – (Excertos) Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; altera as Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 9.718, de 27 de novembro de 1998; e dá outras providências	276
DECRETO Nº 7.983, DE 8.4.2013 – Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências	277
LEI Nº 12.815, DE 5.6.2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências	281
LEI Nº 12.833, DE 20.6.2013 – (Excertos) Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 12.793, de 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.663, de 5 de junho de 2012, 11.314, de 3 de julho de 2006, 12.487, de 15 de setembro de 2011, e 11.941, de 27 de maio de 2009; altera os prazos constantes da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências	296
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 621, DE 8.7.2013 – (Excertos) Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências	296
LEI Nº 12.846, DE 1º.8.2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências	297
DECRETO Nº 8.080, DE 20.8.2013 – Altera o Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011	303
LEI Nº 12.873, DE 24.10.2013 – (Excertos) Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, (...); altera as Leis nºs (...), 8.666, de 21 de junho de 1993, (...); e dá outras providências	303
INSTRUÇÃO NORMATIVA MARE Nº 8, DE 4.12.1998 – Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos licitatórios e de contratação de fornecimentos processados pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do sistema de Serviços Gerais – SISG	303
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 1, DE 8.8.2002 – Estabelece procedimentos destinados à operacionalização dos módulos que menciona, para o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, nos órgãos da Presidência da República, nos Ministérios, nas Autarquias e nas Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, assim como os demais órgãos e entidades que utilizam o SIASG	308

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 480, DE 15.12.2004 – Dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.....	311
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 539, DE 25.4.2005 – Altera a Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços	328
INSTRUÇÃO NORMATIVA MDICE/SCE/DNRC Nº 103, DE 30.4.2007 – Dispõe sobre o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, constantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas Juntas Comerciais	329
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 02, DE 30.4.2008 – Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não	331
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 01, DE 19.1.2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências	373
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 02, DE 11.10.2010 – Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG	376
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 03, DE 16.12.2011 – Estabelece procedimentos para a operacionalização do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, bem como os órgãos e entidades que firmaram Termo de Adesão para utilizar o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	385
LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE ME E EPP	386
DECRETO (SP) Nº 52.205, DE 27.9.2007 – Institui o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, aprova o regulamento que o rege, e dá providências correlatas	386
LEI (SP) Nº 13.122, DE 7.7.2008 – Dispõe sobre o tratamento simplificado e diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, e dá providências correlatas	393
DECRETO (SP) Nº 54.229, DE 13.4.2009 – Regulamenta a Lei nº 13.122, de 7 de julho de 2008, que dispõe sobre o tratamento simplificado e diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta	395
DECRETO (SP) Nº 55.884, DE 1º.6.2010 – Acrescenta e dá nova redação a dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.205, de 27 de setembro de 2007, que instituiu o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, no que se refere aos procedimentos a serem observados para cadastramento e validação de cadastro das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas e dá providências correlatas	398
DECRETO (SP) Nº 55.938, DE 21.6.2010 – Veda a participação, em licitações, de cooperativas nos casos que especifica e dá providência correlata	399
DECRETO (SP) Nº 57.840, DE 6.3.2012 – Dá nova redação e inclui dispositivo que especifica no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.205, de 27 de setembro de 2007, alterado pelo Decreto nº 55.884, de 1º de junho de 2010, que institui o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP	400

LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE ME E EPP

LEI Nº 10.973, DE 2.12.2004 – <i>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências</i>	122
DECRETO Nº 5.563, DE 11.10.2005 – <i>Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências</i>	154
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006 – (Excertos) <i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999</i>	162
DECRETO Nº 6.204, DE 5.9.2007 – <i>Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal</i>	175
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 480, DE 15.12.2004 – <i>Dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços</i>	311
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 02, DE 30.4.2008 – <i>Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não</i>	331